

HISTÓRIA E DESTINO: A *FRONTIER THESIS* DE FREDERICK JACKSON TURNER

Resumo

Este artigo busca demonstrar como a narrativa histórica criada por Frederick Jackson Turner conseguiu realizar a transformação da doutrina do Destino Manifesto em uma teoria histórica científica. Isso possibilitou sua utilização política em momentos diversos do século XX mediante a transmutação de uma determinada contingência histórica particular, a expansão e a conquista do Oeste, em uma lei de desenvolvimento histórico “inquestionável”.

Abstract

The present article tries to demonstrate how the historical narrative conceived by Frederick Jackson Turner managed to transform the Manifest Destiny doctrine into a scientific historical theory. It was used politically in different moments throughout the twentieth-century, because it allowed the transmutation of a certain historical contingency, the expansion and the conquest of the West, into an “unquestionable” law of historical development.

Arthur Lima de Avila*

Introdução

O historiador norte-americano Frederick Jackson Turner (1861-1932) é considerado o grande fundador da historiografia moderna nos Estados Unidos. Escrevendo entre a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX, Turner rompeu com os parâmetros da história política vigente até então, que enfatizava os feitos dos grandes heróis da nação, e inaugurou a era, segundo suas próprias palavras, da investigação social.¹ Não só isso: também construiu uma teoria que visava explicar os Estados Unidos em seus próprios termos, rompendo com os laços historiográficos que o prendiam à velha Europa e fornecendo uma explicação essencialmente nacionalista da história americana. Conhecida como *frontier thesis*, esta se tornou a doutrina oficial da

academia norte-americana durante as três primeiras décadas do século XX.

A importância do estudo da *frontier thesis* dá-se justamente pelo seu peso na profissionalização dos estudos na área de história nos Estados Unidos e por sua relação com as políticas internas e externas do país. Segundo Richard Slotkin, a teoria de Turner transformou-se na escola dominante da historiografia americana e na *rationale* intelectual para muitas das principais ações políticas do século XX.² Particularmente, o historiador manteve um contato próximo com dois importantes presidentes do período, Theodore Roosevelt (1901-1909) e Woodrow Wilson (1912-1920), que elogiaram publicamente durante

Rev. Cena Int. 7 (1): 151-169 [2005]

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Cezar Guazzelli. Trabalho realizado com o auxílio do CNPq. Contatos com o autor: arthurlavila@gmail.com.

Arthur Lima de Avila

seus mandatos. O próprio Wilson admitiu que todas as suas idéias sobre a expansão norte-americana haviam sido formadas por meio de conversas com Turner, quando ambos eram colegas na Universidade Johns Hopkins.³

O objetivo deste artigo é, então, tentar demonstrar como a *frontier thesis* logrou criar uma explicação histórica que entendia a expansão como motor principal da história norte-americana e que, por isso mesmo, acabou se transformando no embasamento científico da doutrina do Destino Manifesto. O processo de sedimentação dessa narrativa histórica na academia e no imaginário coletivo norte-americanos testificam como modulações conceituais e discursivas involuntárias ou implícitas, compondo os meandros narrativos da escrita da história, podem contribuir para a naturalização de visões de mundo e identidades nacionais de largo alcance.⁴ A exploração dos meios pelos quais determinadas narrativas históricas são naturalizadas em detrimento de outras, isto é, os conflitos e negociações que marcam a afirmação de uma escrita da história, traz à baila as regras e circunstâncias que subjazem à atividade historiográfica e lhe emprestam certo grau de seletividade e normatividade.⁵ Ademais, procurou-se verificar a influência política da teoria turneriana em diferentes períodos da história norte-americana, evidenciando, assim, seu grau de cristalização e sua centralidade para a historiografia daquele país.

1. Formulação e consolidação da *frontier thesis*

A formulação da *frontier thesis* teve início na década de 80 do século XIX, quando Frederick Jackson Turner era um estudante na Universidade Johns Hopkins, em Baltimore. Tendo completado seus estudos na Universidade Estadual do Wisconsin, o historiador buscou aprimorar-se no campo das Ciências Humanas. Em Baltimore, ele entrou em contato com o efervescente mundo intelectual e historiográfico da época. Johns Hopkins era, então, o grande centro de estudos históricos nos Estados Unidos. Grande parte de seus docentes havia sido treinada na Alemanha e professava uma crença inabalável na cientificidade da história. A historiografia ali desenvolvida era essencialmente centrada na Nova Inglaterra e na suposta herança germânica da democracia norte-americana. Em outras palavras, seus professores assumiam uma postura europeizante, exaltando o Leste e negligenciando as outras regiões do país,⁶ fato que mereceu dura reprimenda do jovem historiador na forma de correspondência a um amigo, na qual reclamou da falta de atenção dispensada ao Oeste.⁷

Uma pessoa que compartilhava desse posicionamento era o sulista Woodrow Wilson, colega de Turner na universidade. O futuro presidente discordava das premissas eurocêntricas dos docentes de Johns Hopkins e também via o Oeste como uma chave essencial para a compreensão da história do país. Wilson ficou extremamente entusiasmado com as idéias de seu colega e se dispôs a divulgá-las quando de sua publicação definitiva.⁸

Após a obtenção do diploma de doutor, Turner voltou à Universidade Estadual do Wisconsin como professor contratado. Nos diversos seminários de História Econômica e

Arthur Lima de Avila

Social da América e nas constantes palestras e cursos de extensão oferecidos pela instituição, foi lentamente trabalhando suas hipóteses sobre a proeminência do Oeste na construção da nação. Alguns artigos escritos entre 1890 e 1892, publicados ou não, demonstram que a *frontier thesis* foi elaborada de maneira gradual, de modo que seu autor lentamente montava as peças de um quebra-cabeças teórico.⁹ É certo, contudo, que em fins de 1892 as principais premissas de Turner já estavam amplamente sedimentadas.

Os marcos da teoria turneriana foram expostos ao grande público pela primeira vez durante a *World's Columbian Exposition*, realizada em Chicago, em junho de 1893. Ali, durante a reunião anual da *American Historical Association* (AHA), o jovem historiador apresentou um breve artigo que buscava demonstrar a importância da fronteira na história dos Estados Unidos, *The Significance of the Frontier in American History*. A recepção ao trabalho, contudo, foi fria. Naquela noite quente, o *paper* de Turner não suscitou nenhuma discussão e, segundo um de seus biógrafos, não mereceu nenhum destaque nos relatos que se seguiram à apresentação.¹⁰ No final da década, entretanto, a *frontier thesis* já havia sido consideravelmente disseminada e, no começo do século XX, passou a reinar suprema nas universidades e escolas norte-americanas.¹¹ A rapidez de sua popularização pode ser explicada a partir de sua importância fundamental no processo de profissionalização da nascente disciplina histórica.

Quando do reconhecimento acadêmico de sua obra, Turner era professor na pequena Universidade de Madison, em Wisconsin, embora já detivesse preciosos contatos no *establishment* acadêmico do Leste. Woodrow Wilson foi um de seus contatos mais importantes nesse círculo, tendo divulgado o trabalho de Turner entre seus pares em Princeton e outras universidades do Leste. Ademais, o ex-colega publicou uma série de resenhas elogiando o historiador nos boletins da AHA e em outros meios de divulgação, contribuindo assim para a aceitação da *frontier thesis* entre os quadros acadêmicos do período.¹² Turner também foi extremamente persistente na exposição de suas idéias, enviando cópias de seu trabalho a pessoas de relevo político, como Theodore Roosevelt¹³, e ministrando palestras para o grande público do país.¹⁴ Assim, gradativamente, transformou Madison em uma referência no ensino da “história-ciência” e arregimentou leais seguidores. Sua transferência para Harvard e sua eleição à presidência da AHA, ambas em 1910, representaram a consolidação de seu nome na disciplina nos Estados Unidos. Como diz Gerald Nash, Turner e seus discípulos foram capazes de exercer mais influência do que qualquer outra escola ou grupo, antes ou depois deles.¹⁵ Em suas mãos, a América encontrou sua biografia autorizada.

Segundo a teoria de Turner, a existência de uma área de terras livres, seu contínuo recuo e o avanço dos assentamentos norte-americanos a Oeste explicavam o desenvolvimento dos Estados Unidos. No entanto, o ponto culminante do trabalho do autor é a conceitualização do objeto “fronteira”, também utilizada como sinônimo de Oeste: o espaço fronteiro seria o encontro entre a barbárie e a civilização, entre o índio selvagem e o colono europeu, em qualquer lugar do continente. A fronteira seria, antes de tudo, um processo. Ali se verificaria

Arthur Lima de Avila

a repetição de toda evolução das sociedades humanas, iniciando com aquele breve *meeting* e culminando com a instalação de um sistema político, social e econômico nos moldes daquele existente nos Estados Unidos em fins do século XIX.

Além disso, a fronteira seria o espaço onde se verificaria a verdadeira “americanização” do colono. Da mistura de todas as raças (brancas, diga-se de passagem) surgiria a raça americana, dando início ao famoso *melting pot*. Da peculiaridade da fronteira surgiriam as instituições do país, que se adaptariam a cada sucessiva etapa da expansão ocidental. As suas rudes condições, geradoras de igualdade de oportunidades, seriam responsáveis pelo aprimoramento da democracia norte-americana. Nessa visão, o fronteiriço era, acima de tudo, um amante da liberdade, um desbravador, um democrata, um empreendedor: era o homem americano por excelência. O pioneiro, seja em sua versão primitiva como caçador de peles, seja como o *cowboy* do século XIX, era um modelo tipicamente americano, gerado pelas condições do país e a elas adaptado.

As terras livres seriam uma espécie de “válvula de escape” para as tensões sociais do Leste.¹⁶ Sempre que o ambiente social das grandes cidades do Leste estivesse perto de uma convulsão, os descontentes poderiam migrar para o Oeste. Nessa perspectiva, as terras livres eram fundamentais para a existência das instituições democráticas norte-americanas. Em 1890, entretanto, a fronteira tinha chegado ao fim. De acordo com o Censo Nacional, as *free lands* estavam todas ocupadas, do Atlântico ao Pacífico.¹⁷ A era heróica da expansão continental, não obstante, havia legado qualidades indelévels aos americanos:

*The result is that to the frontier the American intellect owes its striking characteristics. That coarseness and strength combined with acuteness and inquisitiveness; that practical, inventive turn of mind, quick to find expedients; that masterful grasp of material things, lacking in the artistic but powerful to effect great ends; that restless, nervous energy; that dominant individualism, working for good and evil, and withal that buoyancy and exuberance which comes with freedom – these are traits of the frontier, or traits called out elsewhere because of the existence of the frontier.*¹⁸

A elegia de Turner à fronteira desaparecida é, em última instância, o que possibilita uma leitura expansionista de sua obra. Se a expansão forjou a nação, seu fim poderia significar a ruína do regime democrático norte-americano. A possibilidade de uma grande crise de reorganização nacional assustava o historiador, temeroso de que os Estados Unidos não se adaptassem ao novo quadro de um continente sem fronteiras:

*A people composed of heterogeneous materials, with diverse and conflicting ideals and social interests, having passed from the task of filling up the vacant spaces of the continent, is now thrown back upon itself and is seeking equilibrium. The diverse elements are being fused into national unity. The forces of reorganization are turbulent and the nation seems like a witches' kettle.*¹⁹

Arthur Lima de Avila

Mas nem tudo estaria necessariamente perdido, pois, como afirma Turner, as energias que moveram a nação por quase três séculos estariam sendo direcionadas a outras paragens, indicando que o movimento expansionista iria continuar:

*The demands for a vigorous foreign policy, for an interoceanic canal, for a revival of our power upon the seas, and for the extension of American influence to outlying islands and adjoining countries, are indications that the movement will continue.*²⁰

Assim, de maneira explícita, Turner não só diagnostica o problema, mas também fornece o remédio: a expansão ultramarina em direção à Ásia e ao Caribe, e a conseqüente abertura de novas fronteiras, era uma das possibilidades de manutenção do espírito expansionista e do equilíbrio perdido.

Tal explicação adequava-se perfeitamente às preocupações do final do século XIX. Em pouco mais de três décadas, a América havia passado de país rural a nação industrializada. O crescimento econômico dos anos pós-Guerra da Secessão (1861-1865) acabou gerando um quadro de especulação financeira que desembocou no Pânico de 1873, cujo resultado foi a quebra de uma série de bancos, grandes e pequenos, e a falência de centenas de pequenas empresas. Não tendo como manter as margens de lucros avassaladoras experimentadas durante os anos anteriores, as grandes indústrias e as companhias ferroviárias demitiram operários aos milhares, gerando os violentos conflitos laborais da década de 70, mais precisamente entre 1873 e 1877. Após uma breve recuperação na década de 80, a economia voltaria a sofrer com as recorrentes especulações. Desta vez, o desastre seria ainda maior. As falências contavam-se aos milhares, assim como os desempregados, que chegariam aos dois milhões em 1895.²¹

Desse modo, havia uma acentuada percepção de que a América estava à beira de um colapso. Um dos fatores preponderantes para este sentimento era a consciência de que o fim da fronteira estava próximo. A coincidência entre a declaração do Censo de 1890 e a subseqüente eclosão da crise econômica de 1893 foi determinante para que a última fosse compreendida como uma decorrência natural do primeiro, quando, na verdade, não o era. Assim, muitas foram as vozes que defenderam políticas abertamente expansionistas e intervencionistas. Para elas, a *frontier thesis* propunha justamente uma compreensão efetiva do passado e um apontamento para o futuro, ou seja, um paradigma de ação que, se levado a cabo, poderia salvar os Estados Unidos do abismo.²² Ao desvelar as condições socioeconômicas de conformação da nação norte-americana, Frederick Turner acabou implicitamente revelando as suas “possibilidades” de preservação.

Isso pode ser demonstrado com a própria avaliação que Turner fez da expansão ultramarina da Era Roosevelt (1901-1909): “it was, indeed, the logical outcome of the nation’s march to the Pacific, the sequence to the era in which it was engaged in occupying the free lands and exploiting the resources of the West”.²³ Se as antigas terras livres do Oeste foram

Arthur Lima de Avila

responsáveis pela criação do sistema democrático norte-americano, os novos territórios seriam providenciais para sua manutenção. Não se trata, pois, de imperialismo puro e simples, à moda inglesa ou espanhola, mas de um movimento que tem por única e exclusiva finalidade a manutenção da democracia e das energias pioneiras que moviam a nação desde a chegada do primeiro europeu à Virgínia. Dito de outra forma: não era a simples exploração econômica dos povos “anexados” que interessava, mas a preservação de um bem maior. De maneira simples, mas extremamente eficaz, Turner estabelecia um elo permanente entre expansão e bem-estar social na América – em termos que ecoavam a doutrina do Destino Manifesto.

2. O Mito da fronteira e a *frontier thesis*

Embora tivesse sido elaborada pelo jornalista John O’Sullivan para justificar a conquista dos territórios mexicanos durante a guerra entre os dois países (1846-1848), a doutrina do Destino Manifesto já possuía raízes bem assentadas na cultura e na política dos Estados Unidos. A idéia de que o continente americano havia sido reservado pela Providência aos europeus para a construção de uma Nova Jerusalém, sem os vícios e a corrupção da Babilônia européia, surgiu com os Puritanos, sequiosos por estabelecer uma sociedade livre das perseguições religiosas e da “devassidão” da metrópole.²⁴ Com o passar do tempo, essa noção adquiriu contornos mais seculares, desembocando nos projetos políticos de George Washington e Thomas Jefferson, que viam a nascente república como um império ascendente, destinado a conquistar os territórios do Oeste.²⁵

Durante todo o século XIX, uma série de manifestações culturais, como romances e pinturas, também demonstrava a idéia de um continente concedido pela Providência aos americanos do Norte. Em quase todas elas, a nação marchava firmemente em direção ao Pacífico, superando as barreiras naturais, índios inclusive, e realizando seu destino.²⁶ Em outras palavras, o Mito da Fronteira foi um dos principais veículos ideológicos através dos quais os estadunidenses concebiam sua experiência histórica e sua relação com os “outros”. Nele, a história se transformava na alegoria de um povo fadado à grandeza e à excepcionalidade e, por isso mesmo, à liderança e à expansão. Segundo Richard Slotkin:

*According to this myth-historiography, the conquest of the wilderness and the subjugation or displacement of the Native Americans who originally inhabited it have been the means to our achievement of a national identity, a democratic polity, an ever-expanding economy, and a phenomenally dynamic and progressive civilization.*²⁷

Destarte, o Mito era uma maneira de racionalizar e fundamentar as pretensões norte-americanas ao continente inteiro, apagando outros atores sociais do processo e criando uma espécie de rumo para a história dos Estados Unidos, anterior a ela própria. Faltava-lhe,

Arthur Lima de Avila

contudo, a chancela da nascente ciência histórica, em cujo seio iriam prosperar as elaborações de Turner. Como afirma Richard White, tudo que o historiador precisou fazer foi explicar aos norte-americanos o “significado” dessa experiência histórica.²⁸

A consequência foi a criação de um “Estados Unidos historiográfico” onde ‘história’ e ‘destino’ podem ser entendidos como sinônimos. A obra de Turner é repleta de passagens nitidamente teleológicas que confirmavam a vocação imperial da América. Uma das mais claras é a seguinte:

While his horizon was still bounded by the clearing that his ax had made, the pioneer dreamed of continental conquests. The vastness of the wilderness kindled his imagination. His vision saw beyond the dank swamp at the edge of the great lake to the lofty buildings and the jostling multitudes of a mighty city; beyond the rank, grass-clad prairie to the seas of golden grain; beyond the harsh life of the log hut and the sod house to the home of his children, where should dwell comfort and the higher things of life, though they might not be for him. (...). Here, also, were the pioneer's traits, - individual activity, inventiveness, and competition for the prizes of the rich province that awaited exploitation under freedom and equality of opportunity.²⁹

O *frontiersman* age como preâmbulo da nação. Ao mesmo tempo em que abria uma clareira em meio às florestas do Oeste, ele “sabia” que um país seria construído graças à força de seu trabalho. O pioneiro é o verdadeiro *founding father* da América contemporânea. Em um meandro narrativo relativamente simples, Turner ignora outros atores sociais envolvidos no processo de expansão e cria uma legitimidade científica para as pretensões continentais dos Estados Unidos, concebendo uma versão pacífica para a colonização do continente. Em suas próprias palavras:

By this peaceful process of colonization a whole continent has been filled with free and orderly commonwealths so quietly, so naturally, that we can only appreciate the profound significance of the process by contrasting it with the spread of European nations through conquest and oppression.³⁰

A circunstância da ocupação do território serve para demarcar as diferenças entre o Velho Mundo e os Estados Unidos. Aqui, o imperialismo norte-americano em seu próprio continente é compreendido de maneira completamente diferente de sua contraparte européia, uma vez que a condição da fronteira entre a civilização e a barbárie garantiria à expansão do colonizador estadunidense legitimidade no processo de incorporação dos demais agentes sociais e na imposição de uma estrutura institucional própria. Ele serviria a um bem maior, isto é, à regeneração do espírito nacional e com a garantia da segurança econômica e política da pátria.

A única concessão que Turner faz ao conflito é quando apresenta os índios como selvagens que atacam indefesos pioneiros. Invertem-se os papéis da ação e o invasor torna-se uma pobre vítima nas mãos dos ferozes nativos. Assim, todo e qualquer ato contra as

Arthur Lima de Avila

tribos é legitimado pelo fato de que *eles* começaram primeiro. Quando, por exemplo, Turner descreve os conflitos com os índios que precederam à Guerra de 1812, ele afirma categoricamente que foi Tecumseh, líder dos nativos, quem primeiro pegou o machado para confrontar os invasores de seu território.³¹ Ele subsume os indígenas em uma lei de desenvolvimento histórico, purgando a culpa de seu extermínio, como dizia um poema do século XVIII.³² Eles perecem porque estão no caminho da civilização e não podem resistir ao seu avanço.

Na obra de Turner, o pioneiro torna-se o grande criador e construtor da nação norte-americana. O avanço em relação à antiga historiografia política é, assim, enorme: não são mais os grandes homens que fazem a história, mas tipos sociais, sem nome ou rosto, porém representantes reais da nacionalidade. A *frontier thesis* supera as necessidades pedagógicas típicas da *historia magistra vitae* para tornar-se uma narrativa conformadora de uma identidade nacional, em que todos os estadunidenses podiam ver-se refletidos. O relato de Turner é o de uma “comunidade compacta que se move firmemente através da história”.³³ Para os norte-americanos, a história turneriana “*mimicked and validated the stories of their own lives and collective accomplishments. Their story became the American story*”.³⁴

O poder de persuasão inerente a essa imagem do *pioneer* é evidente. Se levarmos em consideração o ambiente turbulento em que a *frontier thesis* havia sido gestada e a proeminência do pioneiro enquanto um poderoso ícone cultural durante todo o século XIX, este pode ser entendido não só como o fundador da nação, mas como seu salvador. Os ideais dos bravos homens do Oeste deveriam ser mantidos vivos, sob pena de a América perder o rumo. Além disso, mediante a categorização do pioneiro como portador de traços individualistas e empreendedores, a elite atuante no processo de industrialização viu-se afeiçoada para reivindicar uma identidade que possuía raízes profundas na história americana: “*Turner’s history of the frontier nonetheless provided distinctive American roots for the capitalist economy which had emerged to dominate the national life*”.³⁵ “Os Boone de ontem se transformaram nos Rockefeller de hoje” parece dizer a *frontier thesis*. O historiador, apesar de suas reticências sobre a índole dos novos capitães de indústria, reafirma esse elo entre os fronteirços do passado e os capitalistas do presente ao afirmar que estes são o resultado direto das condições sociais da fronteira.³⁶ A competição pelos bens naturais, o individualismo extremado, a persistência, a inventividade e o oportunismo são as características dos novos e dos velhos pioneiros e, por isso, de toda a nação.³⁷

3. A *frontier thesis* e a política norte-americana

As administrações de William McKinley (1897-1901) e, principalmente, de Theodore Roosevelt (1901-1909) acabaram sendo cruciais para que a tese turneriana se naturalizasse tanto na historiografia quanto no imaginário coletivo norte-americanos do início do século XX. Foram nesses anos que a política externa norte-americana adquiriu contornos nitidamente

Arthur Lima de Avila

imperialistas, com uma série de intervenções na América Latina e com a formulação da “Doutrina das Portas Abertas”, que buscava assegurar os preciosos mercados do Oriente às indústrias estadunidenses.³⁸ De fato, as políticas de McKinley e Roosevelt contribuíram para revigorar a economia do país, mas não foram as únicas responsáveis para tal. O disciplinamento dos trustes e a criação de uma rede mínima de seguridade social, por exemplo, tiveram um peso fundamental para que a situação das décadas anteriores não voltasse a ocorrer.³⁹ Mas os governos de McKinley e Roosevelt acabaram demonstrando que a expansão era o caminho “natural” dos Estados Unidos e que a abertura de novas fronteiras nos territórios de além-mar era a saída necessária para a resolução de crises como as da década de 1890.⁴⁰ Dessa maneira, a tese proposta por Turner acabou sendo corroborada pelo curso dos eventos, afirmando-se como uma interpretação ‘correta’ para a história do país. Nesse sentido, existia uma relação dialética entre os acontecimentos e a escrita de Turner: esta era confirmada pelos fatos sociopolíticos, cujos agentes, por seu turno, balizavam-se pela identidade e quadro de ação propostos pela obra daquele historiador. O resultado era a naturalização desse processo em uma lógica nomotética de desenvolvimento histórico. Devido à naturalização e à sedimentação identitária de seus pressupostos, a teoria de Turner deixa de ser uma mera interpretação histórica para servir de precedente para a ação futura, extrapolando as questões de seu contexto original.

Turner havia ensinado que a chave do crescimento econômico dos Estados Unidos fora o avanço contínuo em direção ao Pacífico. A abertura de novos postos comerciais e o aumento da influência econômica norte-americana nos países da América Latina e do Extremo Oriente tornaram-se duas maneiras de preservar a antiga *bonanza* proporcionada pela fronteira. Contanto que existissem novas oportunidades de se perpetuar a expansão, a economia do país poderia funcionar de maneira correta.⁴¹ Talvez nenhum outro aspecto da *frontier thesis* tenha um maior sentido de orientação do que este. Ela aponta o caminho para a manutenção da grandeza norte-americana a partir de sua própria experiência histórica e, com isso, naturaliza o próprio imperialismo como mais uma das etapas de expansão das fronteiras dos Estados Unidos. Ela projeta o futuro da nação como sempre dependente de um “Oeste” novo, tornando possível a aplicação de medidas imperialistas em defesa do bom funcionamento da sociedade.

O amadurecimento da *frontier thesis* como uma das doutrinas de orientação da política externa norte-americana veio durante a administração de Woodrow Wilson (1912-1920). O presidente, como vimos, havia sido colega de Turner em Johns Hopkins, admirava sua obra a ponto de se considerar mais turneriano que o próprio Turner.⁴² Em seu governo, as intervenções da América no exterior se multiplicaram: Haiti (1915), São Domingos (1916) e Cuba (1917).⁴³ Aliado ao desejo de abrir novas fronteiras econômicas, a política wilsoniana manifestava seu interesse em espalhar os valores democráticos dos Estados Unidos às nações menos favorecidas e liderá-las no mundo moderno – ecoando um sentido de missão inerente à América. O país deveria ser o grande arauto da democracia, e sua entrada na Primeira

Arthur Lima de Avila

Guerra Mundial serviria para reafirmar a universalidade de seus valores.⁴⁴ Assim como havia feito na administração anterior, Turner corroborou as intenções governamentais ao afirmar em 1918: “*we are fighting for the historic ideals of the United States, for the continued existence of the type of society in which we believe – for we have proved it good*”.⁴⁵

O papel de Turner no embasamento do messianismo democrático de Wilson e do governo norte-americano não se limitou à escrita de artigos em sua defesa. Turner foi um dos mais ativos participantes do *National Board of Historical Studies* (NBOHS), órgão ligado a AHA que tinha por finalidade divulgar a versão oficial e “correta” da história estadunidense durante a Primeira Guerra Mundial face ao que seus membros consideravam como as “mentiras” alemãs sobre o conflito. O próprio Turner escreveu: “*men who have made a study of history will feel a sense of treason to their cause if they are silent while pacifists set forth the meaning of American history*”.⁴⁶ Ele retomava, assim, a proposta de uma historiografia engajada na defesa dos valores democráticos e liberais, mas que, na verdade, estava profundamente imbuída de um espírito expansionista acompanhado pela crença na transformação dos Estados Unidos em uma potência imperial “justa”, em contraposição ao autoritarismo, sobretudo o alemão. O significado da história norte-americana aventado pelo historiador nada mais é do que a reafirmação daquilo que a *frontier thesis* havia transformado em características indelévels da nação. Esta era a sua história “real” e autorizada.

Nos anos que se seguiram à Crise de 1929, a teoria turneriana foi questionada por um grande número de acadêmicos. O quadro de desolação que assolava os Estados Unidos tornava o otimismo de Turner difícil de ser assimilado. Além disso, a maioria dos intelectuais do período eram filhos ou netos de imigrantes urbanos que nunca haviam passado pelo processo de “americanização” exposto pela *frontier thesis* e que, com toda razão, consideravam os marcos turnerianos excludentes e pouco explicativos. Na década de 30, mesmo os discípulos do mestre procuraram se afastar de sua influência.⁴⁷ Fora dos círculos acadêmicos, contudo, a *frontier thesis* continuou sendo um ponto norteador dos diversos debates políticos da época, principalmente entre defensores do New Deal e seus adversários.

De um lado, a apropriação da teoria turneriana pelos advogados do intervencionismo estatal mais profundo deparava com diversas inconsistências lógicas e substantivas. Politicamente, Turner defendia um reformismo não mais do que brando e tendia a favorecer posições ligadas ao *laissez-faire*. Ele desconfiava da postura de muitos dos grandes capitães da indústria e seus métodos, mas gostava muito menos dos progressistas e socialistas que, segundo ele, tentavam coibir o individualismo dos norte-americanos ao pretender sua submissão ao Estado.⁴⁸ Sem embargo, o fim da fronteira exposto por ele deixava o caminho aberto para que o governo assumisse o papel de provedor que a fronteira não mais exercia. Um dos maiores defensores do New Deal, Phillip LaFollette, governador do Wisconsin, citou nominalmente o historiador para defender a adoção de medidas intervencionistas por parte de sua administração. Para ele, o fim da fronteira significava que o país deveria encontrar “*freedom and make our opportunity through wise and courageous readjustments of the*

Arthur Lima de Avila

political and economic order of State and Nation to the changed needs and changed conditions of our time".⁴⁹ Da mesma maneira, o próprio presidente Franklin Roosevelt, que havia sido aluno de Turner em um de seus cursos de verão, afirmava:

*In retrospect we can now see that the turn of the tide came with the turn of the century. We were reaching our last frontier; there was no more free land and our industrial combinations had become great and uncontrolled and irresponsible units of power within the state.*⁵⁰

Do outro lado, os adversários do New Deal também encontraram na *frontier thesis* argumentos em profusão para defender suas posições. O presidente Herbert Hoover (1929-1933), que, após seu mandato, opôs-se vigorosamente às políticas de Roosevelt, usou as teorias de Turner para defender um retorno ao individualismo fronteiro como resolução para a crise. Alguns anos antes, ele havia publicado o livro "*American Individualism*", em que explicitava sua admiração pelo professor de Harvard e louvava o espírito pioneiro da nação, defendendo o progresso nacional por meio da iniciativa dos indivíduos. De fato, quando seu livro foi lançado, em 1922, Hoover enviou uma cópia ao historiador, que, em troca, lhe dedicou elogios significativos. Para o político, a *frontier thesis* não só demonstrava como os Estados Unidos haviam se tornado uma potência, mas também lhes apontava o caminho para o futuro.⁵¹

Empresários também se valeram de Turner para ancorar suas posições. Não foram poucos os que se referiram nominalmente ao historiador para defender a ausência de controle governamental em seus negócios.⁵² Todos eles enfatizavam o papel do individualismo na formação nacional e consideravam o mundo dos negócios, com seu alto risco, como uma extensão "natural" das querelas fronteiriças. Nesse sentido, afirma Ronald Carpenter:

*With the closing of the frontier as a geographical entity, there was relatively less and less opportunity to conquer the wilderness and carve out an economic empire as a spatial entity. In the twentieth century, however, as some of Turner's general public saw it, the same pioneer attributes could result in a different direction to people's energies: carving out an economic empire. The world of business might have its own unmapped elements of the unknown and risk. And to some interpreters of Turner, anyone overcoming those perils to become economically successful was a latter-day Daniel Boone.*⁵³

Assim, a *frontier thesis*, como já tentei demonstrar, é muito mais persuasiva para a defesa do *laissez-faire* do que de uma intervenção estatal sistemática, pois permite uma interpretação em que o capitalismo aparece como o sentido natural do povo americano, com o individualismo e o senso de oportunidade inerentes a ele profundamente estabelecidos na psique nacional.

A recuperação historiográfica das premissas turnerianas se deu na década de 50, quando a Guerra Fria, a supremacia dos Estados Unidos no mundo ocidental e a descoberta

Arthur Lima de Avila

de novas “fronteiras” industriais operaram uma reconstrução da *frontier thesis* e das explicações calcadas no excepcionalismo da nação americana, por meio de autores como Ray Allen Billington e Martin Ridge. Esses historiadores, juntamente com outros nomes não ligados à escola turneriana, estavam enquadrados no que se convencionou chamar de “historiografia consensual”, isto é, a escrita da história que enfatizava a harmonia do desenvolvimento do país, os valores nacionais e a oposição aos vários autoritarismos, mais precisamente, ao novo inimigo externo, o comunismo.⁵⁴ Esses “neoturnerianos” não chegaram a desfrutar da mesma proeminência acadêmica dos turnerianos das três primeiras décadas do século XX, embora detivessem importantes cargos e grande influência nos quadros da AHA. Na verdade, a atualização mais profunda da *frontier thesis* não partiu da academia.

John F. Kennedy lançou em 1960 o programa intitulado “Nova Fronteira”, durante a convenção do Partido Democrata à presidência do país. O seu objetivo era claro: superar as “fronteiras” internas que ameaçavam a prosperidade da nação, como a desigualdade social, e garantir a presença dos Estados Unidos em importantes setores do mercado mundial. Seu discurso evocava imagens claramente turnerianas:

*I stand tonight facing west on what was once the last frontier. From the lands that stretch 3000 miles behind me, the pioneers of old gave up their safety, their comfort and sometimes their lives to build a new world here in the West. (...) They were determined to make that new world strong and free, to overcome its hazards and its hardships, to conquest the enemies that threatened from within and without.*⁵⁵

Como muito bem afirma Patricia Limerick, em clara inversão turneriana, Kennedy identificava um destino para a nação no qual os “inimigos” podiam ser compreendidos como todos aqueles que se opunham à realização do Destino Manifesto. A aplicação desta imagem à política interna e externa servia para reforçar a idéia de um sentido único e inquestionável para os Estados Unidos. A América marcharia unida para preservar os valores que lhe deram grandeza. Segundo a autora, Kennedy estava livre para oferecer uma imagem da Nova Fronteira baseada na premissa de que as campanhas da Velha haviam sido bem-sucedidas e moralmente justificáveis.⁵⁶

Com a sua vitória nas eleições, a Nova Fronteira foi transformada no programa administrativo do governo Kennedy. No plano externo, ele seria transformado, de acordo com Pierre Melandri, na defesa da superioridade absoluta dos valores defendidos pela América. Kennedy iria dedicar-se, com um autêntico espírito de cruzada, à manutenção e ao reforço do império americano, atribuindo uma importância primordial à defesa das “fronteiras” geopolíticas em detrimento da conquista das “fronteiras” sociais.⁵⁷ Assim, a expansão visada pela administração de Kennedy era informada pela concepção turneriana da função social de um sistema econômico e pela noção de que cabia à América a liderança de outros povos subdesenvolvidos em sua caminhada em direção à plenitude democrática.

Arthur Lima de Avila

A intervenção no Vietnã é bastante paradigmática, já que pode ser percebida como a manutenção de uma fronteira externa, ameaçada pelos “selvagens”, e pela realização da benéfica missão imperial dos Estados Unidos. Segundo Richard Slotkin,

*In this new ideology, America's 'exceptional' status is interpreted as proof of our vanguard or pioneer status among modern nations, and the history of American progress (based on a revised Turnerian script) is seen as a normative model for 'modernization' that must be followed by any other emerging (or rebuilding) nation that seeks a similar prosperity.*⁵⁸

A confirmação desse destino veio com a própria caracterização de Kennedy como um pioneiro, um homem enérgico e dinâmico que possuía as características inerentes aos fronteirços do passado e que, por isso mesmo, podia guiar a nação em uma nova fronteira de oportunidades.⁵⁹

A morte de John Kennedy e o decorrente fracasso da Nova Fronteira arrefeceram os ânimos em relação à utilização pública da *frontier thesis*. Assim como na década de 30, o otimismo do *magnum opus* de Turner parecia uma ilusão nos dilacerados anos 70. A derrota no Vietnã, a estagnação econômica e o escândalo de Watergate contribuíram para que o senso de excepcionalidade que havia informado a historiografia e a política norte-americana até então começasse a se dissipar. Na academia, o turnerismo modernizado da historiografia consensual foi progressivamente solapado pela emergência da Nova História Social e pelas reivindicações dos grupos “sem história”: negros, mulheres, imigrantes, índios, etc. A narrativa otimista de Turner parecia um anátema para todos os historiadores engajados em transformar a sociedade e em inserir os setores marginalizados em uma nova narrativa nacional que contemplasse o conflito e a exclusão inerentes ao processo histórico norte-americano.⁶⁰

Entretanto, foi justamente nesse contexto sombrio que a velha fronteira de Turner revicou. A eleição de Reagan foi apresentada pelo Partido Republicano como a vitória de um pioneiro disposto a acabar com os fora-da-lei e devolver a América ao seu rumo “natural”, isto é, o da liderança mundial e crescimento econômico. O fato de Reagan ter sido um ator de filmes de *western* consistiu em característica conveniente para sustentar a imagem de resolução e desenvoltura necessária para devolver à América sua grandeza inerente. Sob seu comando, a América voltaria a encontrar a “harmonia” destruída da década anterior. Seu programa econômico era, em certa medida, derivado das concepções turnerianas sobre as *bonanzas* fronteiriças e seu impacto no crescimento nacional.

*The Reagan version of supply-side economics represents a recrudescence of the Turnerian approach to economic development. (...). As industrial production replaced agricultural and mineral commodities as the primary source of wealth, a revised or secondary version of Turnerism saw rapid increases in industrial productivity as a viable substitute for the land and resource bonanzas of the past – an idea suggested by Turner himself.*⁶¹

Arthur Lima de Avila

Ronald Reagan foi um dos presidentes mais hábeis na exploração dos ícones fronteiriços. Além de sua própria história pessoal, referia-se constantemente ao passado glorioso da nação e ao legado deixado pela fronteira. Em 1982, Reagan saudou os astronautas que retornavam do espaço sideral com as seguintes palavras:

*The conquest of new frontiers for the betterment of our homes and families is a crucial part of our national character. There are those who thought the closing of the Western frontier marked an end to America's greatest period of vitality. Yet we're crossing frontiers everyday. The space shuttle's astronauts reaffirm to all of us that as long as there are frontiers to be explored, Americans will lead the way.*⁶²

A força da analogia deve ser compreendida se levarmos em consideração o velho ideal regenerador da expansão. Novas fronteiras devem ser buscadas porque contribuem diretamente para o melhoramento da vida e do caráter nacional. Lendo nas entrelinhas da afirmação acima, pode-se também encontrar uma alusão ao temor em relação ao fim das fronteiras de qualquer tipo. O mesmo medo de Turner parece se esgueirar nas palavras do presidente; mas, assim como o historiador, Reagan vê um final feliz para a história: enquanto existirem novas fronteiras, o destino dos Estados Unidos estará garantido. Quando de sua reeleição, o mandatário reafirmou a missão norte-americana, em palavras que poderiam muito bem ter sido escritas pelo historiador:

*A settler pushes west and sings his song, and the song echoes out forever and fills the unknowing air. It is the American sound: it is hopeful, bighearted, idealistic – daring, decent and fair. That's our heritage, that's our song. We sing it still. For all our problems, we are together as of old.*⁶³

A herança dos norte-americanos são aquelas características que Turner havia descrito em seu mais famoso artigo: a inventividade, o oportunismo, o individualismo, a democracia e a busca da liberdade. Mesmo com todos os problemas, a psique nacional estava profundamente imbuída desses caracteres. Os pioneiros sabiam superar os obstáculos. De acordo com Patricia Limerick, isso nada mais é do que uma versão resumida da *frontier thesis* para consumo público.⁶⁴

No campo externo, a administração de Reagan também encarnou esse messianismo democrático, principalmente em sua obsessão em liquidar com o comunismo na América Latina e no resto do planeta. Ainda que se valesse de uma retórica mais violenta do que a de Turner, o substrato ideológico da política externa de Reagan, além de uma série de outras influências, ainda era alimentado pela linguagem da *frontier thesis*. Os Estados Unidos precisavam salvar o progresso de suas “fronteiras”, isto é, os territórios sob sua influência econômica e política das mãos dos “selvagens” que os ameaçavam. Em clara reversão dos papéis de agressor e de agredido, à guisa da *frontier thesis* de Turner, a América apenas

Arthur Lima de Avila

reagiria às provocações daqueles que quisessem destruir seu estilo de vida ou que desafiassem o progresso simbolizado por ela, principalmente no caso daqueles países cujas revoluções socialistas tivessem sido bem-sucedidas, como a Nicarágua.⁶⁵

Considerações finais

Como o artigo procurou demonstrar, o campo da historiografia oferece instrumental analítico especialmente adequado a desvendar relações entre agentes e processos históricos que tenham sido apagadas pelo tempo e pela naturalização política em uma narrativa mitificada. Trata-se, pois, de analisar a escrita da história, desnaturalizando algo que durante muito tempo foi considerado tabu. Passa-se a avaliar o papel desempenhado pelos historiadores na construção de seus textos, constatando os meandros da operação historiográfica⁶⁶ e as diversas subjetividades envolvidas nesse ato. Por tal perspectiva, a história não é mais algo dado. O historiador é analisado como agente efetivo da criação das obras historiográficas, juntamente com as instituições e o contexto em que está inserido. Sobre isto, afirma Manoel Salgado: “a historiografia como área específica de conhecimento e pesquisa no interior da disciplina histórica, poderá contribuir para um esforço de repensar a historicidade de nossa disciplina. É preciso que a própria escrita da história se submeta ao rigor do exame crítico como forma de dessacralizarmos uma memória acerca desta mesma escrita”.⁶⁷

A historiografia nos permite, portanto, recuperar as lutas travadas na sociedade para dar significado ao mundo, reconhecendo a historicidade do ato da escrita da história e proporcionando a devida reflexão sobre os limites da profissão. Ao permitir esse avanço, ela possibilita a desmistificação de determinadas construções, inscrevendo-as em um tempo e um lugar específicos. Conforme Manoel Salgado, uma escrita que se impõe tende a silenciar sobre o percurso que a levou à vitória, que aparece como uma decorrência natural. O resgate de tal percurso e do drama humano inerente a ele, é, enfim, a função daqueles que se aventuram em tais mares. Uma empreitada deveras complicada, mas cujo risco vale a pena correr.

A ampla utilização política da *frontier thesis* durante o século XX ajuda a desvendar os processos através dos quais se naturaliza uma determinada escrita da história. No caso específico da teoria turneriana, isto se opera em um nível bastante surpreendente, pois a história da América passa a se confundir com a interpretação oferecida por Turner. Ela deixa de ser uma simples tese acadêmica para se transformar em uma visão de mundo e em um paradigma de ação que orienta várias das políticas do país. Neste sentido, é imprescindível o desvelamento de sua trajetória e os mecanismos de sua imposição como a ‘única’ história autorizada dos Estados Unidos. Ao transmutar a crença no Destino Manifesto em uma teoria histórica ‘científica’, Frederick Turner criou um “Estados Unidos historiográfico” onde ‘história’ e ‘destino’ aparecem como sinônimos, em uma narrativa teleológica que se adequa perfeitamente às demandas de diferentes contextos. Não importa se a fronteira seja o Caribe, como nos anos Roosevelt, ou o Vietnã de Kennedy: ambas fazem parte de um processo muito

maior e que regenera a nação de maneira constante. Com Turner, a contingência da expansão continental adquire contornos de uma lei histórica inquestionável que, se não cumprida de maneira adequada, pode levar a América à ruína. Assim, os Estados Unidos estão livres ‘cientificamente’ para proceder com sua vocação imperial.

Notas

- ¹ TURNER, Frederick Jackson. The Significance of History. In: FARAGHER, John Mack (org.). **Rereading Frederick Jackson Turner**. New Haven: Yale University Press, 1998, p. 18.
- ² SLOTKIN, Richard. **The Gunfighter Nation**. Norman: University of Oklahoma Press, 1992, p. 3.
- ³ FARAGHER, John Mack, Introduction, *op. cit.*, p. 7.
- ⁴ Utilizo o termo “meandro” para demonstrar certa não-intencionalidade no ato de escrita da história, em contraposição à “artifício” ou “estratégia”, que denotam uma intenção escriturária nem sempre presente. De outra forma, pode-se partir do pressuposto que todos os historiadores escrevem movidos por uma “ideologia” oculta ou por um certo maquiavelismo implícito. Sobre a questão, ver DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 93-109; e RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**, v. 1. Rio de Janeiro: Papyrus, 1985, p. 251-320.
- ⁵ APPLEBY, Joyce; HUNT, Lynn; JACOB, Margaret. **Telling the Truth about History**. New York: W. W. Norton, 1994, p. 63.
- ⁶ NOVICK, Peter. **That Noble Dream**. Cambridge: Harvard University Press, 1988, p. 87-88.
- ⁷ TURNER, Frederick Jackson. Letter to William F. Allen. October, 31st, 1888. In: JACOBS, Wilbur. **The Historical World of Frederick Jackson Turner**. New Haven: Yale University Press, 1968, p. 77.
- ⁸ No final da vida, Turner dedicou belas palavras ao amigo e afirmou que Wilson o ajudou a organizar suas idéias e teorias. BILLINGTON, Ray Allen. **The Genesis of the Frontier Thesis**. San Marino: Huntington, 1968, p. 196.
- ⁹ Ver JACOBS, Wilbur. **Frederick Jackson Turner’s Legacy**. San Marino: Huntington, 1965.
- ¹⁰ BILLINGTON, Ray Allen. **Frederick Jackson Turner: Historian, Scholar, Teacher**. New York: Oxford University Press, 1973, p. 184.
- ¹¹ NASH, Gerald. **Creating the West**. Albuquerque: New Mexico University Press, 1991, p. 4.
- ¹² BILLINGTON, Ray Allen, **Frederick Jackson Turner: Historian, Scholar, Teacher**, *op. cit.*, p. 187.
- ¹³ *Ibid.*, p. 176-177.
- ¹⁴ Turner era um dos mais ardorosos defensores da função social da história e sempre aceitava convites para palestrar, não se importando nem com o público nem com o lugar. Não raro ele estava em alguma pequena cidade rural dos Estados Unidos expondo suas idéias para uma pequena quantidade de alunos primários e fazendeiros humildes. *Ibid.*, p. 196.
- ¹⁵ NASH, Gerald, *op. cit.*, p. 5.
- ¹⁶ O conceito de “terras livres” (*free lands*) utilizado pelo historiador não se refere necessariamente a um território desocupado, mas, sim, a áreas que podiam ser ocupadas de maneira gratuita ou com pouco capital. É de se reparar, como demonstra Alun Munslow, que essa idéia ajudou a criar um efeito retórico que apagava da narrativa e, por conseqüência, da história, os outros atores sociais envolvidos no processo de expansão. Ver MUNSLOW, Alun. **Deconstructing History**. London: Routledge Company, 1998, p. 176-177.

- 17 Caracterização teórica baseada em seus três principais artigos, *The Significance of the Frontier in American History* (1893), *The Problem of the West* (1896) e *Contributions of the West to American Democracy* (1903). Todos podem ser encontrados na seguinte coletânea: TURNER, Frederick Jackson. **The Frontier in American History**. Nova Iorque: Dove, 1996.
- 18 *The Significance of the Frontier in American History*. In: *Ibid.*, p. 37.
- 19 *The Problem of the West*. In: *Ibid.*, p. 220-221.
- 20 *Ibid.*, p. 219.
- 21 MELANDRI, Pierre. **História dos Estados Unidos desde 1865**. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 22-33.
- 22 WROBEL, David M. **The End of American Exceptionalism**. Lawrence: University Press of Kansas, 1993, p. 29-41.
- 23 TURNER, Frederick Jackson. *Social Forces in American History*. In: GROSSMAN, James R. (org.). **The Frontier in American Culture**. Los Angeles: University of California Press, 1994, p. 315.
- 24 SLOTKIN, Richard. **Regeneration through Violence**. Middletown: Wesleyan University Press, p. 20-40.
- 25 SLOTKIN, Richard. **The Fatal Environment**. Norman: University of Oklahoma Press, 1985, p. 51-80.
- 26 WHITE, Richard. *Frederick Jackson Turner and Buffalo Bill*. In: GROSSMAN, James R. (org.), *op. cit.* p. 7-66.
- 27 SLOTKIN, Richard, **The Gunfighter Nation**, *op. cit.*, p.10.
- 28 WHITE, Richard, *op. cit.*, p. 12.
- 29 TURNER, Frederick Jackson. *The Middle West*. In: GROSSMAN, James R. (org.), *op. cit.*, p. 153.
- 30 TURNER, Frederick Jackson, *The Ohio Valley in American History*. In: GROSSMAN, James R. (org.), p. 169-170.
- 31 GROSSMAN, James R. (org.), p. 134.
- 32 WHITE, Richard., *op. cit.*, p. 19.
- 33 ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989, p. 35.
- 34 WHITE, Richard, *op. cit.*, p. 26.
- 35 APPLEBY, Joyce; HUNT, Lynn; JACOB, Margaret, *op. cit.*, p. 119.
- 36 TURNER, Frederick Jackson. *Contributions of the West to American Democracy*. In: TURNER, Frederick Jackson. **The Frontier in American Democracy**, *op. cit.*, p. 259.
- 37 *Ibid.*, p. 154.
- 38 PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2003. 82-84.
- 39 MELANDRI, Pierre, *op. cit.*, p. 76-79.
- 40 *Ibid.*, p. 42-68; e WILLIAMS, William Appleman. **The Tragedy of American Diplomacy**. New York: Dell Publishing, 1973, p. 29-57.
- 41 TURNER, Frederick Jackson. *Contributions of the West to American Democracy*. In: TURNER, Frederick Jackson, **The Frontier in American Democracy**, *op. cit.*, p. 249.
- 42 WROBEL, David M., *op. cit.*, p. 58-59.
- 43 MELANDRI, Pierre, *op. cit.*, p. 93.
- 44 PECEQUILO, Cristina Soreanu, *op. cit.*, p. 88-101.
- 45 TURNER, Frederick Jackson. *Middle Western Pioneer Democracy*. In: TURNER, Frederick Jackson, **The Frontier in American Democracy**, *op. cit.*, p. 335.
- 46 Letter to Max Farrand, May, 5th, 1917. In: JACOBS, Wilbur, *op. cit.*, p. 144.
- 47 NOVICK, Peter, *op. cit.*, p. 206-249.

Arthur Lima de Avila

- ⁴⁸ Sobre as posturas políticas de Turner, ver BILLINGTON, Ray Allen, **Frederick Jackson Turner: Historian, Scholar, Teacher**, *op. cit.*, p. 220-243.
- ⁴⁹ LA FOLLETTE, Phillip apud BILLINGTON, Ray Allen (org.). **Dear Lady: the Letters of Frederick Jackson Turner and Alice Forbes Perkins Hooper (1910-1932)**. San Marino: Huntington Library, 1970, p. 445.
- ⁵⁰ ROOSEVELT, Franklin Delano apud WROBEL, David M., *op. cit.*, p. 133.
- ⁵¹ *Ibid.*, p. 100.
- ⁵² HOFSTADTER, Richard. **The Progressive Historians**. New York: Knopf, 1968, p. 178.
- ⁵³ CARPENTER, Ronald H. **The Eloquence of Frederick Jackson Turner**. San Marino: Huntington, 1983, p. 65.
- ⁵⁴ DIPPIE, Brian. American Wests: Historiographical Perspectives. In: LIMERICK, Patricia Nelson (org.). **Trails: Towards a New Western History**. Lawrence: University of Kansas Press, 1993.
- ⁵⁵ KENNEDY, John F. apud LIMERICK, Patricia. The Adventures of the Frontier in the Twentieth-Century. In: GROSSMAN, James (org.), *op. cit.*, p. 80.
- ⁵⁶ *Ibid.*, p. 81.
- ⁵⁷ MELANDRI, Pierre, *op. cit.*, p. 200.
- ⁵⁸ SLOTKIN, Richard, **The Gunfighter Nation**, *op. cit.*, p. 492.
- ⁵⁹ *Ibid.*, p. 497-500.
- ⁶⁰ APPLEBY, Joyce; HUNT, Lynn; JACOB, Margaret, *op. cit.*, p. 152-159.
- ⁶¹ SLOTKIN, Richard, **The Gunfighter Nation**, *op. cit.*, p. 645-646.
- ⁶² REAGAN, Ronald apud LIMERICK, Patricia Nelson, *op. cit.*, p. 83.
- ⁶³ *Ibidem*.
- ⁶⁴ *Ibidem*.
- ⁶⁵ SLOTKIN, Richard, **The Gunfighter Nation**, *op. cit.*, p. 647-648.
- ⁶⁶ DE CERTEAU, Michel, *op. cit.*, p. 66-67.
- ⁶⁷ GUIMARÃES, Manoel Salgado. A Cultura Histórica Oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **História Cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 13.

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- APPLEBY, Joyce; HUNT, Lynn; JACOB, Margaret. **Telling the Truth about History**. Nova Iorque: W. W. Norton, 1994.
- BILLINGTON, Ray Allen. **The Genesis of the Frontier Thesis**. San Marino: Huntington, 1968.
- _____. **Frederick Jackson Turner: Historian, Scholar, Teacher**. New York: Oxford University Press, 1973.
- BILLINGTON, Ray Allen (org.). **Dear Lady: the Letters of Frederick Jackson Turner and Alice Forbes Perkins Hooper (1910-1932)**. San Marino: Huntington Library, 1970.

Arthur Lima de Avila

- CARPENTER, Ronald H. **The Eloquence of Frederick Jackson Turner**. San Marino: Huntington, 1983.
- DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- DINUNZIO, Mario (org.). **Theodore Roosevelt: an American Mind**. New York: Penguin Books, 1994.
- FARAGHER, John Mack (org.). **Rereading Frederick Jackson Turner**. New Haven: Yale University Press, 1998.
- GROSSMAN, James R. (org.). **The Frontier in American Culture**. Los Angeles: University of California Press, 1994.
- HOFSTADTER, Richard. **The Progressive Historians**. New York: Knopf, 1968.
- JACOBS, Wilbur (org.). **Frederick Jackson Turner's Legacy**. San Marino: Huntington, 1965.
- JACOBS, Wilbur (org.). **The Historical World of Frederick Jackson Turner**. New Haven: Yale University Press, 1968.
- LA FOLLETTE, Phillip apud BILLINGTON, Ray Allen (org.). **Dear Lady: the Letters of Frederick Jackson Turner and Alice Forbes Perkins Hooper (1910-1932)**. San Marino: Huntington Library, 1970.
- LIMERICK, Patricia (org.). **Trails: towards a New Western History**. Lawrence: University of Kansas Press, 1993.
- MELANDRI, Pierre. **História dos Estados Unidos desde 1865**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- MUNSLOW, Alun. **Deconstructing History**. London: Routledge Company, 1998
- NASH, Gerald. **Creating the West**. Albuquerque: New Mexico University Press, 1991.
- NOVICK, Peter. **That Noble Dream**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**, v. 1. Rio de Janeiro: Papyrus, 1985.
- SLOTKIN, Richard. Nostalgia and Progress: Theodore Roosevelt's Myth of the Frontier, **American Quarterly**, n. 33, Winter 1981, Philadelphia, p. 609-637.
- _____. **The Fatal Environment**. Norman: University of Oklahoma Press, 1985.
- _____. **The Gunfighter Nation**. Norman: University of Oklahoma Press, 1992.
- TURNER, Frederick Jackson. **The Frontier in American Democracy**. Nova Iorque: Dove, 1996.
- WILLIAMS, William Appleman. **The Tragedy of American Diplomacy**. New York: Dell Publishing, 1973.
- WROBEL, David M. **The End of American Exceptionalism**. Lawrence: University Press of Kansas, 1993.